



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

O populismo como atributo da ação de governar: distinções entre as concepções política e econômica

Populism as an attribute of governing action: distinctions between political and economic conceptions

Claucir Roberto Schmidtke; Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro;
claucir@unicentro.br

RESUMO: O termo populismo tem sido utilizado para caracterizar determinados governos (ou líder) ou a forma como ocorre o uso dos instrumentos de política econômica. Em vista disso, o objetivo residiu em compreender algumas peculiaridades que caracterizam o populismo como principal palavra-chave das definições atribuídas a determinados governos. Os aspectos metodológicos foram marcados pela realização de pesquisa do tipo bibliográfica. De forma mais específica, foram investigados: a) fatos históricos que marcaram a origem do uso do vocábulo populismo e as especificidades relacionadas ao populismo político; b) características de uma política econômica populista; e c) alguns governos tidos como populistas. Em termos conclusivos, dentre as especificidades que caracterizam o populismo político e o populismo econômico, observadas na literatura consultada e, especialmente, nos governos destacados, foi possível observar que a questão social parece ser um aspecto que diferencia ambas as conotações.

Palavras-chave: História econômica. Desenvolvimento econômico. Política econômica.

ABSTRACT: The term populism has been used to characterize certain governments (or leaders) or the way in which economic policy instruments are used. Taking this into account, the objective was to understand some peculiarities that characterize populism as the main keyword of the definitions attributed to certain governments. The methodological procedures were marked by conducting bibliographic research. More specifically, the following were investigated: a) historical facts that marked the origin of the usage of the expression populism, and specificities related to political populism; b) characteristics of a populist economic policy; and c) some governments considered to be populist. In conclusive terms, among the specificities that characterize political populism and economic populism, observed in the



consulted literature and, especially, in the highlighted governments, it was possible to observe that the social issue seems to be an aspect that differentiates both connotations.

Keywords: Economic history. Economic development. Economic policy.

1 Introdução

Durante a segunda metade do século XX, alguns governos, especialmente na América Latina, passaram a desconsiderar requisitos ortodoxos de política econômica, como o equilíbrio orçamentário e a neutralidade da moeda, e procuraram impulsionar a economia nacional por meio da intensificação expansionista dos instrumentos fiscal e monetário, o que estimulou a produção, durante um breve período de tempo, de modo que os efeitos colaterais, encabeçados pela elevação acentuada do nível geral de preços, geraram uma conjuntura econômica restritiva e incontrolável para seus formuladores, o que acarretou a queda desses governantes. O termo populismo foi utilizado para denominar essa caracterização da política econômica, cujo significado, até então, remetia, especialmente, para um líder carismático.

No ambiente político, o respectivo vocábulo surgiu para caracterizar determinadas políticas governamentais, dos quais o pilar estava firmado no excesso de medidas voltadas a subvencionar determinado grupo de indivíduos, classe ou setor. Na verdade, a raiz do significado reflete a ideia de popularidade, de políticas direcionadas às classes sociais “menos favorecidas”, que tendem a compor a maior parcela da população e, portanto, fortalecer a atuação de determinado governo por meio de seu apoio.

O termo populismo, portanto, não possui um único significado. No meio acadêmico, “[...] é um tema controverso, complexo, que recebeu várias interpretações e suscitou muitas polêmicas” (PRADO, 1981, p. 7) e tende a ser relacionado a fatos históricos, geralmente detentores de particularidades distintas, como os casos da Rússia, dos Estados Unidos e da América Latina.

Ademais, a tarefa de entendimento do termo também passa pela compreensão dos mecanismos e dos resultados provenientes das políticas que o sustentam. De forma



geral, acabaram por motivar a sociedade a discutir os benefícios resultantes e, por conseguinte, gerou a conclusão de que políticas populistas tendem a propiciar resultados perversos, do ponto de vista social. Logo, ser chamado de populista consubstancia reprovação e, portanto, suas diversas conceituações “[...] chamam a atenção para fenômenos de natureza nitidamente política, como a existência de liderança carismática, a relação direta entre esta e os governados, dispensando instâncias intermediárias, o discurso distributivista e a simbiose entre práticas políticas demagógicas e autoritárias, dentre outros.” (FONSECA; MONTEIRO, 2005, p. 216).

A utilização indiscriminada do termo pode remeter a uma caracterização distinta da que marca (ou marcou) a real atuação de um líder ou governo. De acordo com Bresser-Pereira (1991), por exemplo, Getúlio Vargas foi um líder populista que nunca praticou o populismo econômico.

Sendo assim, surge um problema voltado à elucidação das especificidades que marcam o significado do termo populismo. Em vista disso, o objetivo consistiu em compreender algumas peculiaridades que caracterizam o populismo como principal palavra-chave das definições atribuídas a determinados governos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica.

Além desta introdução e da conclusão, o presente artigo está dividido em três seções. A segunda seção é caracterização pela apresentação de fatos históricos que marcaram a origem do uso do vocábulo populismo. Na terceira, especificidades relacionadas ao populismo econômico são destacadas. Em seguida, alguns governos que foram tidos como populistas pela literatura caracterizam a quarta seção.

2 O populismo num contexto histórico: o populismo político

Populismo tem aparecido na literatura como um termo que não possui um único significado (WEYLAND, 2004). À vista disso, em Laclau (2018, p. 33), foi destacado que o conjunto de obras literárias possui relutância, ou dificuldade, em trazer um significado preciso ao termo, “a clareza conceitual, para não falar em definições, está



visivelmente ausente nesse campo”. No Brasil, por exemplo, o conceito “[...] se veste de uma ambigüidade até hoje não esclarecida (FADUL, 2002, p. 5).

De modo geral, o elo com a massa populacional parece estar implícito na “estrutura” do significado do respectivo vocábulo. Isso talvez decorra da possibilidade de que tal expressão tenha procedência da formação de manifestações compostas pela participação de grande proporção da população. Assim sendo, “para os populistas, ‘o povo’ é o sujeito da política, em oposição a qualquer classe social, grupo étnico ou nação” (TORMEY, 2019, p. 22). Logo, o populismo “[...] evoca uma ideia de comunidade: no es en absoluto una ideología individualista, sino comunitaria.” (ZANATTA, 2016, p.21).

De acordo com Ianni (1989, p. 8), os estudos voltados à discussão do ambiente que circunda o “enigma” do populismo, relacionam-no com transformações na estrutura social, como, por exemplo, a mudança de um sistema econômico dinamizado pelas atividades rurais para um de força propulsora industrial. Explica que “[...] focalizam, de modo parcial ou extensamente, conforme o caso, problemas como os de mobilização social, mobilização política e modernização. Em outro nível, os estudos discutem as dicotomias elite-massa, carisma-demagogia, democracia-autoritarismo, [...] e outras.”. Em adição, entende que “[...] na maioria dos casos, perpassa a idéia de que os fenômenos populistas correspondem a formas ‘subdesenvolvidas’ ou ‘degradadas’ de organização das atividades políticas.”.

Ademais, movimentos ocorridos na Rússia e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, foram discriminados como prováveis gênese do populismo e, na América Latina, no século XX, são exemplos da utilização do mesmo vocábulo para caracterizar grupos com particularidades distintas. O Quadro 1 traz algumas dessas características.

Além dos principais movimentos apresentados nele, o termo populismo também é utilizado para caracterizar “[...] de forma mais ampla, determinados indivíduos, provenientes de organizações, engajados em movimentos ou comprometidos com ideologias de toda a espécie que dão ênfase à noção de ‘vontade do povo’ e ao contato direto do povo com os líderes políticos.” (MASIERO, 1991, p. 33).



Em termos gerais, a diferença entre os movimentos chamados de populistas, ocorridos na Rússia, nos Estados Unidos e em países da América Latina, reside na forma como o Estado interage. Na Rússia, ele era alvo do movimento populista, nos Estados Unidos era visto como um caminho para a redução dos efeitos do crescimento do setor industrial sobre as atividades rurais. Na América Latina, alguns governos receberam essa denominação.

Quadro 1 – Movimentos populistas

Procedência	Características
Rússia (Narodniki)	<ul style="list-style-type: none">- Movimento exógeno ao Estado e contra ele.- Dirigido ao campesinato.- Comandado por intelectuais.- Defesa de um programa revolucionário e socialista.- Estratégia da luta armada.- Busca a passagem para o socialismo sem passar pela etapa do capitalismo.
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none">- Base e força de mobilização residiam no produtor rural.- Partido populista representante dos interesses dos pequenos proprietários do Oeste.- Não eram contra o Estado, mas contra as formas como atuava.- Defesa do controle popular do Estado.- Não eram contra o capitalismo.- Reformas voltadas aos grandes trustes, companhias financeiras etc.- Intervenção do Estado na economia, de modo a coibir os abusos dos donos de capital.
América Latina	<ul style="list-style-type: none">- Movimentos políticos que ocorreram no século XX.- Ocorreu a partir do Estado.- Foi dirigido aos trabalhadores urbanos.- Comandados por caudilhos.- Finalidade de reforma nos quadros do capitalismo.- Presença de um líder carismático.

Fonte: Elaborado com base em Masiero (1991, p. 233 – 243).

Na Rússia, o fracassado conflito militar da Crimeia (1854-1856), marcado por uma união de países contra os russos, que faziam parte o Império Turco, a França e o Reino Unido, “[...] proporcionou uma confirmação demasiado chocante do atraso russo.” (KENNEDY, 1989, p. 170). O clima de insatisfação constituiu a força propulsora de movimento contrário ao modelo de governo russo, condicionado ao *tzar*, que veio a ser conhecido como *intelligentsia*.

Além da oposição ao *tzarismo*, as reformas, tidas como importantes à extinção do atraso russo, também faziam parte do núcleo de refutação dos *intelligenti*. Reis Filho (1997, p. 29) explicou as características dos indivíduos que faziam parte desse grupo



oposicionista, surgido a partir da década de 1840, bem como os objetivos. Era composto de “[...] sucessivas gerações de intelectuais críticos [...] ao tzarismo e às reformas parciais protagonizadas pelo Estado. [...] por sua condição de radical marginalidade perante a ordem dominante não se confundem com os intelectuais ocidentais.”.

As gerações dos *intelligenti* possuíram como principal especificidade a homogeneidade de seus objetivos, ou seja, somente o intento de escapar dos efeitos, entendidos como perversos, do capitalismo, voltados a recompensar de forma desigual os grupos que integram a sociedade, beneficiando o individualismo por meio de atributos que podem descender de fundamentos obscuros.

Os *intelligenti* tinham esta missão histórica, porque detentores do saber e da vontade revolucionária. Era preciso compartilhá-los com os camponeses, fermentar a tradição de sublevações e guerras do mundo rural, apenas adormecida, mas latente, à espera de circunstâncias propícias. Uma questão de fazê-lo desabrochar. Uma responsabilidade porque, se não o fizessem, ninguém mais poderia fazê-lo. Um dever, quase uma dívida, já que, a rigor, o saber adquirido nos estudos só fora possível em virtude dos sacrifícios consentidos pelo povo trabalhador. Orientação neste sentido foi definida por N. Tchernychevsky, desde 1862, e estampada no manifesto de uma primeira organização secreta: Terra e Liberdade (*Zemlia i Volia*). Com esta consciência, e armados destes propósitos, foram ao povo – *narod* – e ganharam um lugar e um nome na história: *narodniks*, os populistas (REIS FILHO, 1997, p. 30).

Assim, na Rússia, o termo populista (*narodnik*) foi utilizado para caracterizar os componentes desse movimento que teve por finalidade impedir a “invasão” do capitalismo industrial naquele país. “Fazer triunfar um socialismo rural na Rússia, baseado na nacionalização e distribuição equitativa da terra, segunda as possibilidades de cada área, do tipo de cultivo e do número de pessoas (bocas a alimentar, braços a trabalhar) em cada família.” (REIS FILHO, 1997, p. 29).

Nos Estados Unidos, o respectivo vocábulo foi utilizado para discriminar o movimento que surgiu com o objetivo de repudiar os excessos do crescimento industrial sobre o meio rural. De acordo com Jurado (2010), entre 1860 e 1900, o crescimento populacional estadunidense foi superior a 100%, passando de 31 para 75 milhões de habitantes. Em termos de urbanização, o fenômeno foi mais intenso. Em 1860, Nova Iorque e Chicago possuíam 850 e 110 mil habitantes, respectivamente. No ano de 1914, a primeira já era formada por quatro milhões e a segunda por dois milhões de



habitantes. De acordo com Worslei (1973, p. 33), o movimento apareceu de forma predominante:

[...] nas regiões fronteiriças do Meio e do Extremo Oeste, em particular entre os cultivadores de trigo de Kansas, Nebraska, Minnesota, Dakota do Norte e Dakota do Sul; no Sul, especialmente entre os cultivadores brancos pobres de algodão de Alabama, Geórgia e Carolina do Norte; e nos estados montanhosos, sobretudo entre os mineiros do Colorado e de Nevada.

No Quadro 1, foi possível observar que nos Estados Unidos, o movimento não era contrário ao capitalismo, como na Rússia, mas desfavorável aos agentes que possuíam vantagens por meio dele e, por conseguinte, acabavam por dominar os produtores rurais. Além disso, o Estado era visto como um caminho para maximizar seus objetivos e discordavam da forma como ele era conduzido. Assim, “[...] se comenzó a gestar un importante movimiento político y social cuya culminación fue la creación del Partido del Pueblo en 1892, comúnmente llamado populista, que irrumpió ese mismo año en la escena política, participando activa y exitosamente en las elecciones nacionales.” (JURADO, 2010, p. 280). Em adição, “[...] foi a primeira intervenção como grupo agrário de pressão frente aos partidos estabelecidos, no começo, e depois como entidade política independente – inicialmente ao nível estatal provincial, logo em nível nacional (terceiro partido).” (WORSLEI, 1973, p. 33).

À vista disso, é possível afirmar que, na Rússia e nos Estados Unidos, o significado do vocábulo populismo não advém da percepção de determinados direcionamentos políticos de governantes, isto é, sua natureza parece ser distinta das interpretações que marcaram certos governos caracterizados politicamente como populistas, como alguns da América Latina. Tampouco apresentaram especificidades de política econômica que deram um novo significado ao uso do respectivo termo.

Nos países das América Latina, especialmente no Brasil, o termo geralmente implica a caracterização de um líder, ou de um governo, que, ao demonstrar um estreito laço de interação com as massas populacionais, acaba por ser visto de forma negativa, inicialmente, pelas classes que formam a elite e, em seguida, por ampla parcela da população, devido à tendência de suas decisões políticas e econômicas apresentarem resultados prevaletentes diferentes em relação aos que havia objetivado.



Com isso, o vocábulo acaba por ser utilizado como instrumento de definição destrutiva à reputação de determinado governo, geralmente para resumir uma série de facetas que o tornam reprovável. Dito de outra forma, ser chamado de populista consubstancia reprovação e, portanto, suas diversas conceituações:

[...] chamam a atenção para fenômenos de natureza nitidamente política, como a existência de liderança carismática, a relação direta entre esta e os governados, dispensando instâncias intermediárias, o discurso distributivista e a simbiose entre práticas políticas demagógicas e autoritárias, dentre outros. (FONSECA; MONTEIRO, 2005, p. 216).

O populismo latino-americano é relacionado diretamente ao comportamento do Estado. Diferentemente do russo e do estadunidense, as ações partiam do agente governamental, geralmente caracterizado como um líder carismático. Weffort (1980, p. 28) descreveu que “[...] o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contacto direto com os indivíduos reunidos na massa.” Logo, “[...] de forma geral, o termo populismo tem sido utilizado para caracterizar movimentos políticos em diferentes países latino-americanos que, depois da crise mundial de 1929, buscaram a ruptura com as formas autoritárias de dominação.” (MASIERO, 1991, p. 240).

Na América do Sul, o populismo possuiu características distintas em cada país. No entanto “[...] a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e necessidade da participação das massas populares urbanas [...]” destacados por Weffort (1980, p. 69) como fundamentais no populismo, direcionam as particularidades nacionais para um único fenômeno. Neste contexto, a seguinte passagem, presente em Masiero (1991, p. 241), corrobora tal afirmação:

Esses benefícios que o processo de industrialização traria para todos foram extensivamente explorados pelos dois principais movimentos populistas latino-americanos: o getulismo e o peronismo. A característica básica desses dois movimentos é que ambos extraem seu apoio político das massas, de uma população urbana que a cada ano é maior, devido ao êxodo rural.

A ausência de uma definição *sui generis* para o termo populismo foi destacada por Weyland (2004). Na tentativa de elucidar o “enigma” por detrás dessas acepções, por conta de sua convicção de que o conceito é impreciso, destacou diferentes tipos de



caracterização para, em seguida, escolher o mais útil e realizar uma redefinição do mesmo, de modo a estabelecer um significado, além de singular, claro e compreensível. Especificamente, em Weyland (2004, p. 12) foi descrito que “[...] um conceito particularmente controverso é o de ‘populismo’. Os estudiosos diferem não só sobre os atributos específicos do populismo, mas também acerca de sua influência. Populismo deve ser definido em termos políticos, sociais, econômicos e/ou de discurso?” Por meio das citações de De la Torre (2000) e Viguera (1993), o texto continua com a afirmação de que “[...] devido a essas divergências conceituais, muitos governos, partidos, movimentos, líderes e políticas têm sido rotulados como *populistas*.”. Conclui, ao destacar Roberts (1995), Quijano (1998), Sachs (1989)¹ e Weyland (1996), que, “[...] como resultado, os estudiosos têm demonstrado que o populismo possui características radicalmente distintas.”.

Com base em Roberts (1995), Weyland (2004) destacou que o vocábulo populismo era marcado por cinco características:

- a) Uma liderança personalista e paternalista.
- b) Uma coalizão política heterogênea multiclasse.
- c) Um processo de cima para baixo de mobilização política que ignora formas institucionalizadas de mediação.
- d) Uma ideologia amorfa ou eclética.
- e) Um projeto econômico que utiliza métodos redistributivos generalizados.

De acordo com ele, portanto, parece que a presença simultânea dos cinco atributos diz respeito à caracterização máxima do termo e, conseqüentemente, classifica-os, de forma singular, como um subtipo de populismo.

Por conta dos vários significados, Weyland (2004), na tentativa de reconstrução do conceito, trouxe o “conflito” entre as definições política e econômica, a primeira destacada em Knight (1998) e a segunda em Greskovits (1998). Por entender que os debates recentes têm apresentado vínculo com ambas. Por conseqüência, destacou que a conceituação política do populismo é preferível, pois:

¹ Nas referências: Sachs (1991).



[...] conceitua o populismo como uma forma específica de competência e de exercício do poder político. Situa o populismo na esfera da dominação e não na da distribuição. Em primeiro lugar, o populismo molda os padrões de dominação política, não a atribuição de benefícios ou prejuízos socioeconômicos. Esta redefinição política capta melhor o objetivo básico de líderes populistas: ganhar e exercer poder, ao usar a política econômica e social como um instrumento para esse fim. Portanto, esta reconceitualização está mais relacionada com o oportunismo de líderes populistas e à falta de um forte compromisso com políticas substanciais, ideais e ideologias (WEYLAND, 2004, p. 30, tradução nossa).

Em seguida, destaca que o populismo surge quando um governante, ao buscar ou exercer poder, possui apoio de muitos seguidores. Consequentemente, eleições, manifestações em massa, pesquisas etc., acabam por consistir em indicativos do poderio de determinado líder. Acrescenta que tal situação pode sofrer um revés por conta do surgimento de crises, de modo a comprometer a permanência do líder populista. Assim, esse, em última instância, recorrerá ao amplo apoio das massas, reflexo da constante busca de proximidade com as pessoas comuns². À vista disso, portanto, a reconstrução proposta em Weyland (2004) envolve a caracterização do populismo como estratégia política, marcada pela perseguição do apoio das classes populares, o que possibilitará o fortalecimento do líder populista.

Diante das supostas variações do significado do vocábulo populismo, cabe destacar que o fenômeno a ser estudado relaciona-se com o significado trazido por Gomes (2001, p. 24), de que o “[...] populismo é uma política de massas, [...] é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que [...] não estão organizados, participando da política como classe [...]”, mas sofrendo efeitos perversos de políticas econômicas ineficientes, caracterizadas, principalmente, por elevados *deficit* fiscais acompanhados da significativa deterioração do poder de compra da população. Assim, a ramificação do termo populismo, defendida, segundo Weyland (2004), em Greskovits (1998), consiste em tema da próxima subseção.

3 O populismo econômico

² Weyland (2001; 2004) citam os governos de Juan Perón (Argentina), Alberto Fujimori (Peru), Rafael Caldera (Venezuela) e Collor (Brasil), como exemplos.



A composição do ambiente de ações políticas dos líderes governamentais pode ser caracterizada por instrumentos de repercussão direta e imediata no padrão de vida de uma sociedade. Assim, as tomadas de decisão que podem agradar ou desagradar, parte ou a plenitude da população, acabam por consistir em situações rotineiras. Os impactos dessas escolhas influenciam a formação da reputação e, por conseguinte, o prestígio de determinado líder governamental (FONSECA; MONTEIRO, 2005).

A plena condição de exercer influência na vida das pessoas faz com que os instrumentos de políticas econômicas possam ser utilizados como mecanismos fundamentais à permanência do cargo de líder de uma nação. Desse modo, promessas e ações que, num primeiro momento, aparentam propiciar benefícios duradouros, podem consistir em pilares de uma conjuntura econômica nociva, que advirá num prazo pouco distante do início das políticas supostamente auspiciosas. “Por estarem os líderes inseguros em seus cargos, adotam políticas, visando apenas ao curto prazo, que trazem ganhos imediatos a seus eleitorados.” (CARDOSO; HELWEGE, 1991, p. 208).

Em vista disso, o significado do termo populismo passou a representar uma caracterização de determinadas medidas governamentais de peculiaridades econômicas, o que o distingue de maiores complexidades relacionadas ao conceito³. Dessa forma, Canitrot (1991, p. 11) mencionou o significado de populismo como “[...] uma ideologia nacionalista” voltada para “[...] uma política econômica que satisfaça as aspirações das maiorias populares.”. Dornbusch e Edwards (1991, p. 151) definiram populismo como um conjunto de medidas expansionistas, acompanhado de despreocupação governamental relacionada aos possíveis efeitos restritivos que podem advir como consequência do dispêndio de recursos. Especificamente, entendem populismo como “[...] uma abordagem à economia que enfatiza o crescimento e a redistribuição de renda e desconsidera os riscos de inflação e o financiamento inflacionário do déficit, as restrições externas e a reação dos agentes econômicos a políticas agressivas que não se valham dos mecanismos de mercado.”. Nesse cenário, populismo, não consiste em

³ Gomes (2001, p. 19) assume como desafio escrever sobre populismo e entende que “[...] o destino de qualquer reflexão que trate do tema reproduz, em certa medida, o próprio destino de seu objeto de estudo.”.



designação de determinado líder político, mas em especificação das pretensões e resultados de certa política econômica, ou seja, populismo econômico.

Além de ser “[...] caracterizado por políticas macroeconômicas excessivamente expansionistas, que conduzem a inflação elevada e graves crises de balanço de pagamentos [...]” (SACHS, 1991, p. 126), o populismo econômico frequentemente é “[...] legitimado por um certo tipo de keynesianismo que dá ênfase exclusiva à demanda efetiva, inverte a Lei de Say e advoga o uso indiscriminado da política fiscal e de *deficit* fiscais como mecanismos para a estabilização cíclica⁴.” (BRESSER-PEREIRA; DALL’ACQUA, 1991, p. 192).

Em Diaz-Alejandro (1991), parece ficar subentendido que a reputação populista de determinado governo não procede simplesmente dos instrumentos de política econômica utilizados, mas dos resultados desastrosos que, porventura, venham a se concretizar. Ao destacar ações de estabilização econômica, realizadas num passado não muito distante, em determinados países da América Latina, foi frisado que a necessidade de tais medidas surgia devido ao constante quadro de crescimento inflacionário presenciado, geralmente, durante um ou dois anos. Segundo ele, essa aceleração inflacionária vinha:

[...] acompanhada por uma maior variabilidade nos preços relativos, variabilidade esta que encontra pouca justificação do ponto de vista da eficiência econômica. Nesse estágio, tanto a taxa de inflação quanto os preços relativos tornam-se menos previsíveis. Parte das flutuações erráticas nos preços relativos nasce de tentativas governamentais de controlar a inflação congelando-se esporadicamente alguns preços considerados estratégicos, como os de moeda estrangeira, alimentos, serviços públicos, transporte e crédito, seguindo-se a estes congelamentos ajustamentos abruptos para cima. Por serem estes ajustamentos apenas parciais, a maioria daqueles preços, incluindo as taxas de juros, se distanciará cada vez mais de valores de equilíbrios plausíveis.

Déficits no balanço de pagamentos, esgotamento de reservas em moeda estrangeira e dificuldades com o serviço da dívida externa tornar-se-ão mais prementes do que a aceleração da inflação e a crescente variabilidade e distorção dos preços relativos para os governos que, nesta descrição estilizada de eventos, serão chamados populistas (DIAZ-ALEJANDRO, 1991, p. 77).

⁴ Ademais, de acordo com Bresser-Pereira; Dall’Acqua, 1991, p. 192, “[...] um exemplo extremo dessa abordagem é a tentativa de legitimar aumentos salariais como meio do promover consumo e sustentar a demanda agregada.”.



Tendo em conta tais características da política econômica, o significado de um governo populista, com qualificações, como as encontradas em Fonseca (2011), do tipo “demagogia”, “irresponsabilidade” e “manipulação”, torna-se inerente. Em vista disso, a denominação de populista possui acepção não positiva. Os próximos três quadros apresentam sínteses das medidas e dos resultados provenientes de políticas econômicas populistas, de acordo com Díaz-Alejandro (1991), Dornbusch e Edwards (1991; 1992) e Bresser-Pereira (1991).

No Quadro 2, o período de permanência da política econômica populista é dividido em três estágios. No primeiro, a alta dos gastos públicos, combinada com o não acompanhamento da arrecadação de impostos, de modo a ser financiado com empréstimos junto ao Banco Central, com o incentivo ao consumo e com a elevação dos salários, causa uma situação de euforia.

Díaz-Alejandro (1991) explica que parece haver um descrédito do governo quanto à importância da administração fiscal e monetária, bem como o pensamento de que a cobrança de impostos consiste em lema dos contrários ao governo: reformas estruturais passam a ser destaque. O provável desequilíbrio no balanço de pagamentos passa a ser combatido por mecanismos de contenção de importações, pela utilização de reservas internacionais e por meio da realização de empréstimos junto ao resto do mundo. A inflação, devido ao aumento da produção, pode apresentar diminuição neste estágio.

Quadro 2 – Efeitos das políticas econômicas populistas

Estágios	Conjuntura	
Inicial (euforia)	- Substancial expansão nos gastos governamentais não financiados pelo recolhimento de impostos.	
	- <i>Deficit</i> fiscais geralmente financiados por meio de empréstimos junto ao BC e não pela interação com o setor privado, tanto interno, quanto externo.	
	- Gastos públicos direcionados mais para o consumo do que para o investimento.	
	- Aumento geral de salários.	
	- Possibilidade de diminuição da inflação.	
Intermediário (choques)	Externo	- Eventualidade de reflexo da deterioração do intercâmbio comercial.
		- Possibilidade de ações de governos hostis, buscando “apertar” a economia populista.
	Interno	- De natureza exógena, como uma estiagem.
Final (crise)	- Consenso de necessidade de mudanças.	
	- Coalizão interna populista: esquerda X direita.	
	- Ataque da oposição e fim do governo.	



	Novo Governo e plano de estabilização: objetivos.	- Geralmente com auxílio do FMI.
		- Restauração do equilíbrio do Balanço de Pagamentos.
		- Cumprimento do serviço da dívida externa.
		- Controle e eliminação da inflação.
		- Criação de estrutura de preços relativos que propicie uma alocação eficiente dos recursos.

Fonte: Elaborado com base em Díaz-Alejandro (1991, p. 77-78).

A euforia que toma conta do ambiente econômico repercute de forma a tornar desacreditado os pensamentos voltados aos riscos provenientes dos excessos expansionistas das políticas fiscal e monetária. Segundo Díaz-Alejandro (1991, p. 78), “[...] sob tais eufóricas circunstâncias, a preocupação com eficiência econômica, a promoção das exportações e um mínimo de prudência fiscal e monetária são considerados como evidência *prima facie* de ‘posições reacionárias’, não apenas pela maioria dos políticos populistas, mas também pelos economistas do governo”.

O estágio de excitação iniciará percurso em direção ao de crise no período em que problemas provenientes de empecilhos externos, ou até mesmo internos, mostrados no respectivo quadro, resultarem na necessidade de um redirecionamento dos instrumentos que sustentam o ambiente econômico eufórico.

Todavia, ao adentrar no estágio final, marcado por uma alta taxa de inflação e relevante *deficit* no balanço de pagamentos, o governo populista tenderá a não obter sucesso em medidas corretivas e, por conseguinte, sofrerá uma espécie de colapso que resultará no seu término. Como mostrado no Quadro 2, o governo substituto realizará um programa de estabilização que dificilmente não terá a participação do FMI, de modo que as condições impostas para a consolidação do apoio financeiro direcionarão a economia para períodos restritivos, em termos de crescimento econômico.

O Quadro 3 evidencia o populismo econômico em dois momentos: no primeiro, a composição da conjuntura que incentiva o seu aparecimento e, no segundo, os reflexos econômicos de seus mecanismos.

Quadro 3 – Paradigma e fases do populismo econômico

O paradigma populista		Fases da economia populista	
Condições iniciais	- Governo e população insatisfeitos com o desempenho da economia.	I	- Elevação da produção, dos salários reais e do emprego.
	- Sensação de possibilidade de melhoria.		- Êxito nas políticas macroeconômicas.
			- Ameaça de inflação desconsiderada.
			- Importações aliviam a escassez.



	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento moderado refletido pelos planos de estabilização anteriores, geralmente por meio da interação com o FMI. 	II	<ul style="list-style-type: none"> - Gargalos são criados: expansão da demanda de bens nacionais e crescente falta de divisas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Acúmulo de reservas internacionais satisfatório. 		<ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de estoques. - Correções dos preços, desvalorização e protecionismo. - Aumento significativo da inflação. - Permanência do nível dos salários.
Ausência de restrições	<ul style="list-style-type: none"> - Rejeição ao paradigma conservador. 	III	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do <i>deficit</i> orçamentário.
	<ul style="list-style-type: none"> - Desconsideração das restrições relacionadas à política macroeconômica. 		<ul style="list-style-type: none"> - Fuga de capitais e desmonetização da economia.
<ul style="list-style-type: none"> - Utilização plena da capacidade ociosa será suficiente para a expansão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das receitas fiscais e aumento dos custos dos subsídios. 		
			<ul style="list-style-type: none"> - Queda drástica dos salários reais; - Instabilidade política.
Política econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Três elementos: reativação, redistribuição de renda e reestruturação da economia. 	I V	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças políticas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Reativação com redistribuição. 		<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização ortodoxa num novo governo: geralmente com auxílio do FMI. - Queda acentuada do salário real.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Dornbusch e Edwards (1992, p. 17-21; 1991).

No paradigma populista, as condições iniciais são marcadas pela combinação entre desejo de mudança e condições financeiras. Ambas tendem a ser reflexo de determinado plano de estabilização, de modo que o conjunto de medidas voltadas a diminuir a inflação e a propiciar uma melhor situação fiscal, gera um efeito colateral de restrição produtiva. No entanto, a elevação das reservas internacionais estabelece certa viabilidade para uma mudança em direção à expansão econômica, pois “A estabilização em curso terá melhorado o orçamento público e o balanço de pagamentos o suficiente para que haja espaço, embora talvez não sabedoria, para um programa fortemente expansionista” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 154).

A consolidação da decisão de dinamizar a economia por meio do aumento expressivo de gastos públicos ocorre por conta da repulsão, por parte dos autores da política econômica, aos cuidados evidenciados pelos modelos tradicionais. Com base na situação de existência de capacidade ociosa (ou ineficiência), os responsáveis pelo novo plano desconsideram os riscos por meio do argumento de que a utilização plena da capacidade produtiva aumentará a produção de modo a diminuir o nível geral de preços



por conta de economias de escala. “A expansão não é inflacionária (se não houver desvalorização), porque a capacidade extra e os custos decrescentes a longo prazo conteriam a pressão dos preços e haveria espaço para se comprimir as margens de lucro pelo controle de preços” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 154).

Diante disso, segundo Dornbusch; Edwards, (1991, p. 154), a política econômica tem no aumento real dos salários um dos principais instrumentos para o estabelecimento do novo ambiente econômico e social. A desvalorização da moeda nacional é tida como motivadora de inflação e de afetar negativamente o padrão de vida. Logo, complementam que, para os autores do plano, “a economia deve ser reestruturada para economizar divisas e sustentar níveis mais altos de salários reais e de crescimento”.

O Quadro 3 também possibilita a percepção de que os reflexos do plano econômico populista ocorrem por meio de quatro fases. Na primeira, as justificativas evidenciadas pelos autores da política econômica tornam-se contundentes, de modo a ocorrer crescimento e certo controle da inflação, este auxiliado pela elevação do nível das importações e aquele por conta dos aumentos da produção, do emprego e dos salários.

Na segunda fase, os excessos ocorridos na etapa anterior iniciam um processo de contração, resultado da expansão da demanda combinada com a diminuição de divisas. Os empecilhos verificados no respectivo quadro pressionam os *policymakers* a redirecionarem seus instrumentos de política econômica, o que acabará, de modo inverso ao pretendido, por impulsionar a intensidade dos resultados negativos: inicia-se a terceira fase.

Na fase três, os efeitos perversos são combatidos pelo governo por meio do corte de subsídios e desvalorização real, entretanto, sem sucesso. A credibilidade do governo acaba por acentuar a impossibilidade de extinção dos efeitos nocivos e, conseqüentemente, sua derrota acaba por ser decretada. Tem início a quarta fase, que significará um período de reconstrução marcado pela interação de tendência de relevante decréscimo da atividade econômica com a constante queda do salário real.



O Quadro 4 traz uma síntese das características do populismo econômico, destacadas em Bresser-Pereira (1991). As medidas que dão início à política econômica populista foram distinguidas de acordo com os agentes beneficiados, de modo a destacar a ideologia governamental. Desse modo, o direcionamento desenfreado dos recursos à elevação dos salários é caracterizado como “populismo de esquerda”. Corroboram essa qualificação a não importância dada ao ajustamento e a especificação ingênua da distribuição salarial.

O populismo de direita parece possuir maior abrangência, de forma a beneficiar todos os setores da economia à custa da redução dos recursos públicos. Independentemente da distinção entre esquerda e direita, as práticas econômicas de um governo populista têm como base o aumento de dispêndio não acompanhado pelo ingresso, pelo menos, proporcional, de recursos públicos.

Dentre as condutas contidas no Quadro 4, a valorização da moeda nacional possibilita o aumento das importações de modo a desequilibrar a balança comercial e, portanto, pode gerar a necessidade da utilização de reservas internacionais para a minimização dos efeitos no balanço de pagamentos, o que acaba por consistir em exemplo de aumento de despesa. Em sentido contrário, mas não com efeito distinto, incentivos fiscais ao setor privado, por meio de redução de carga tributária, diminuem a arrecadação e, por conseguinte, contribuem com o agravamento das contas públicas.

No âmbito das medidas governamentais iniciais, a valorização da moeda nacional acarreta, pelo menos, quatro efeitos na economia: aumento das importações, diminuição das exportações, elevação do consumo e do salário real. Os dois últimos ocorrem de forma indireta, pois a entrada de produtos provenientes do resto do mundo tende a pressionar os preços internos para baixo.

Quadro 4 – A conjuntura do populismo econômico

Tipos e características	- Populismo de esquerda: distributivismo salarial e recusa da decisão de ajustamento.
	- Populismo de direita: afrouxamento fiscal de modo a atender as demandas de todos os setores da sociedade à custa do setor público.
Práticas	- Elevação dos ordenados e salários dos funcionários e dos trabalhadores públicos privados.
	- Aumento das compras ao setor privado.
	- Estabelecimento de subsídios ao consumo.
	- Subsídios e incentivos (renúncias fiscais) ao setor privado.



	- Valorização artificial da moeda local.
	- Aumento dos créditos subsidiados pelos bancos oficiais.
Medidas governamentais iniciais	- Valorização da taxa de câmbio: efeito direto de aumento das importações e indireto de elevação dos salários e do consumo.
	- Elevação direta dos salários dos funcionários públicos e facilitação do aumento dos salários do setor privado.
	- Aumento das despesas públicas e, conseqüente, <i>deficit</i> público.
	- Manutenção artificial da taxa de juros interna baixa.
	- Conservação artificial dos preços e tarifas do setor público.
Conseqüências iniciais: “positivas”	- Elevação dos salários, do consumo e dos investimentos.
	- Aceleração da taxa de crescimento.
	- Inflação declinante como reflexo da valorização cambial e do atraso dos preços públicos.
Conseqüências finais: negativas	- Desequilíbrio no balanço de pagamentos.
	- Volta da inflação de forma acelerada.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bresser-Pereira (1991, p. 111).

Apesar da tendência de declínio dos recursos vindos das exportações, os aumentos provenientes dos salários, do consumo e dos investimentos acabam por incentivar a taxa de crescimento da economia. A conjuntura de bonança econômica fica completa com a contenção da inflação, reflexo da moeda valorizada e da inércia dos preços públicos em determinado nível.

O constante aumento do desequilíbrio fiscal brevemente alcança os limites da geração de resultados positivos. O significado de tal encontro resultará numa série de efeitos nocivos, derivados do *deficit* público, que “[...] conduz a uma crise fiscal e como a desvalorização real da moeda local pressiona os preços internos para cima, a inflação volta a se acelerar, muitas vezes, de forma dramática.” (BRESSER-PERERIA, 1991, p. 111).

A respectiva forma de emprego dos instrumentos de política econômica dá origem a uma série de resultados que são caracterizados, em Bresser-Pereira (1991), como um ciclo populista. No princípio, os rápidos resultados positivos, provindos da ausência de determinadas restrições na política expansionistas, geram um circuito favorável de continuação da estratégia e, portanto, de confiabilidade nos *policymakers*. Após um breve período, a consistência dos resultados muda de direção e a economia entra numa fase de debilidade. O decurso populista econômico termina por meio de um plano de estabilização nos moldes ortodoxos, tidos como negativos no início do ciclo. Além disso, a mudança de governo, por meio de eleição ou por um golpe de Estado, ou a alteração dos responsáveis pelo plano, consistem em qualidades específicas e



particulares, inerentes ao início do processo de reconstrução econômica, que não será caracterizado pelos resultados iniciais do ciclo populista.

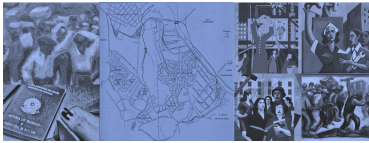
A sequência de acontecimentos que caracteriza os modelos de populismo econômico foi observada em investigações que buscaram verificar os motivos para determinadas crises que ocorreram em países da América Latina, como é o caso em Díaz-Alejandro (1991) e Dornbusch e Edwards (1991). As evidências verificadas tornaram-se categorias de análise e passaram a compor os pilares de novas pesquisas.

4 O populismo como característica da ação de governar

Esta parte do trabalho tem como característica a apresentação de alguns governos, tidos pela literatura, como populistas. A demonstração de populismo econômico é marcada pelas análises feitas pelos professores Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards, referentes aos governos de Salvador Allende e Alan García, presidentes do Chile e do Peru, respectivamente. Por outro lado, o caso de populismo político é situado por meio de estudo realizado pela professora Maria Lígia Prado, relativo ao Governo Lázaro Cárdenas, ocorrido no México. Além das percepções da autora, a subseção também é marcada pelo produto da verificação de alguns discursos do respectivo presidente mexicano.

4.1 O populismo econômico nos governos de Salvador Allende e Alan García

Em artigo que tratou das medidas macroeconômicas populistas na América Latina, Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards buscaram, por meio da análise dos casos do Chile e do Peru, corroborar a hipótese de que, apesar de período e países distintos, o arcabouço de política econômica utilizado apresentou aspectos homogêneos, isto é, “[...] a experiência de política econômica em diferentes países e períodos partilha aspectos comuns: as condições iniciais, as motivações políticas, o argumento que as condições do país são diferentes e o colapso final.” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 151).



No Chile, em 1970, com a vitória de Salvador Allende para a presidência da República, a política econômica foi direcionada, basicamente, para a realização de:

- a) Transformações estruturais (programa de nacionalização), por meio de uma nova legislação, confisco e compra de ações por pequenos investidores.
- b) Elevação de salários reais.
- c) Redução de inflação.
- d) Aumento da taxa de crescimento e do consumo.
- e) Redução da dependência econômica do resto do mundo.

De *b* a *e* seriam reflexos de política macroeconômica, voltada ao aumento da demanda agregada, proveniente da elevação dos gastos governamentais, do foco de redistribuição de renda e de controle administrativo sobre os preços.

No primeiro ano, o trabalho qualificou o período como de crescimento rápido com inflação reprimida. Houve aumento de salários nos diversos segmentos do setor público, principalmente nos mais baixos, cuja velocidade foi maior. No setor privado, como consequência, as alterações seguiram o mesmo caminho. Os gastos governamentais, financiados pelo Banco Central, voltados à construção, à agricultura e à previdência social, foram elevados. Em termos de resultados macroeconômicos, ocorreu elevação de 7,7% no PIB, aumento de 17% nos salários reais médios, o consumo cresceu 13,2%, em termos reais, e a taxa de desemprego sofreu redução de 4%. Além disso, o *deficit* fiscal aumentou de 3%, em 1970, para 11% do PIB em 1971, a oferta monetária cresceu em nível superior a 100% e o crédito doméstico ao setor público expandiu de forma a aproximar-se de 300%. Ao final do ano, a pressão inflacionária rompeu os “muros” e deu início a um período de tentativas de estabilização fracassadas.

Em 1972, os resultados macroeconômicos trouxeram à tona as precipitações da política econômica: inflação de 217%, *deficit* fiscal superior a 13% do PIB, queda das reservas internacionais, redução dos salários reais, entre outros. O ano foi marcado por dois planos de estabilização, lançados em fevereiro e agosto. O primeiro teve como objetivo minimizar os efeitos provenientes da economia informal e da falta de produtos, redução da inflação, manter ou melhorar a redistribuição de renda e reduzir empecilhos



ligados ao setor externo. Entretanto os autores destacaram que os gastos governamentais e o aumento dos salários, superior à inflação, continuaram a ocorrer, motivados pela constituição política e pelos objetivos do governo.

O segundo foi marcado pela desvalorização da moeda nacional, pois se pretendia, com o aumento das exportações, a redução do desequilíbrio do balanço de pagamentos. As pressões fiscais foram atacadas por meio de aumento dos preços para as empresas nacionalizadas, de modo a diminuir a emissão de moeda necessária à manutenção das mesmas, e pelo aumento da produção como forma de eliminar desequilíbrio entre oferta e demanda agregada. Além disso, a política salarial não sofreu alteração e a falta de alimentos foi combatida com um programa de racionamento que acarretou descontentamento e, por conseguinte, greve nacional.

O terceiro ano de governo foi intitulado pelo trabalho como de caos econômico e de golpe. Houve a continuação do crescimento inflacionário, decréscimo do produto industrial, sobrevalorização da taxa de câmbio entre outros. A estabilização continuou a perder espaço para a política de controle e o resultado seguiu o rumo do insucesso, o que resultou num golpe das Forças Armadas.

O governo peruano analisado pelo trabalho foi o de Alan García, iniciado em agosto de 1985. O ponto de partida foi um breve relato do desempenho econômico do país em período anterior à sua ascensão ao cargo, marcado por uma estabilidade até o final do primeiro quinquênio da década de 1970, demonstrado pela Tabela 1, com um crescimento modesto da inflação e aumento da renda *per capita*. Nos dez anos seguintes (1975-1985), esses indicadores sofreram inversão, de modo que a renda *per capita* diminuiu e o nível geral de preços aumentou de maneira a alcançar patamares de hiperinflação.

Tabela 1 – Crescimento e inflação (% ao ano)

	1950-60	1960-70	1970-75	1975-80	1980-85
Crescimento <i>per capita</i>	2,8	2,6	1,6	-1,0	-4,2
Inflação	8,0	9,3	12,6	50,0	102,1

Fonte: Kuczynski (1977), Banco Central e Ministério das Finanças citados por Dornbusch e Edwards (1991, p. 170).

Nesses anos em que o Peru passou por situações econômicas distintas, Fernando Belaúnde Terry governou o país por duas vezes, de 1963 a 1968 e de 1980 a 1985. O



primeiro mandato esteve inserido nos anos de conjuntura positiva da economia peruana, fato que, provavelmente, veio a contribuir com a sua nova investidura no cargo, em 1980. No segundo mandato, a herança que recebeu do antecessor foi constituída, dentre outros, pela queda da renda *per capita* e pelo consistente aumento da inflação, o que demandou políticas distintas das realizadas em seu primeiro mandato.

Dornbusch e Edwards (1991, p. 172), destacaram que as tentativas de crescimento tinham empecilhos provenientes do seguinte conjunto de choques: “[...] recessão mundial de 1980-1982, a deterioração dos termos de intercâmbio, a explosão da taxa de juros internacionais e o resultante aumento do serviço da dívida, o racionamento de crédito externo e os desastres naturais.”. Os autores explicaram que, ao recorrer ao FMI, o programa gerou resultados adversos, de modo que o PIB real *per capita* decresceu e o aumento da inflação ficou próximo aos 100%, ambos entre 1982 e 1983.

Ao assumir o governo do Peru, García recebeu o comando de um país marcado pelo alto desemprego, com elevada capacidade produtiva ociosa, salários reais reduzidos e inflação de 250%, ocorrida no mês anterior à sua posse. Diante disso, o trabalho destacou que a solução posta em prática pelo novo presidente residiu na busca pelo “crescimento com redistribuição”, de modo que em Presidência de la República (1986, p. 63), citado por Dornbusch e Edwards (1991, p. 173), constou que:

A nova política econômica busca passar de uma economia de conflito e especulação para uma de produção e consenso. Nessa economia é possível tornar compatíveis estabilidade, crescimento, distribuição de desenvolvimento num contexto de planejamento nacional que encontra uma expressão concreta no diálogo e no pacto econômico e social. O planejamento do desenvolvimento econômico será completo, descentralizado e participativo, e o pacto centrar-se-á no esforço de tornar compatíveis a geração de poupança e investimento produtivo com atenção prioritária às necessidades sociais. Necessitamos reconciliar a eficiência com a equidade social numa dinâmica produtiva que seja sustentada fundamentalmente por recursos domésticos.

A influência positiva das medidas no PIB, no consumo, nas exportações, nas importações, no investimento e no *deficit* orçamentário, de acordo com Carbonetto et al. (1987), citados por Dornbusch e Edwards (1991, p. 175), ocorreria por meio:

- a) Do aumento da demanda efetiva, a ser obtido com a elevação dos salários.



- b) De uma reforma financeira, de modo a diminuir vários elementos de custos.
- c) De taxas de câmbio seletivas e abandono da política de desvalorização.
- d) Do equilíbrio das contas externas, refletido pelo aumento das exportações, da substituição de importações e limitações no serviço da dívida.

Acerca disso, a Tabela 2 traz alguns resultados. Também foi destacado que, nos dois primeiros anos, o Governo de García buscou a diminuição da inflação, via políticas de rendas, e o crescimento da economia.

Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos do Peru

Indicadores	1985	1986	1987	1988
Inflação ^(a)	158	63	115	1.722
Crescimento	2,5	9,5	6,9	-8,4
Salário real ^(b)	111	127	138	106
Balança comercial (US\$)	1.173	-67	-463	-84
Receitas governamentais ^(c)	42,7	32,1	25,9	23,5

Fontes: Banco Mundial, Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Planejamento citados por Dornbusch e Edwards (1991, p. 177).

^(a) Dezembro a dezembro; ^(b) Índice de 1975=100; ^(c) Porcentagem do PIB.

O comportamento de alguns dos indicadores demonstrou que, nos dois primeiros anos, os resultados foram favoráveis e ocorreu o crescimento da economia com diminuição da inflação. Além do mais, o investimento privado havia aumentado 24% e 18,6%, respectivamente. Entretanto “[...] tensões começavam a surgir em nível de pressões de custos crescentes e de rápida queima de divisas. Mas essas tensões, embora óbvias para os economistas, estavam longe de alarmar os autores de políticas ou o público em geral.” (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 177).

O período econômico complexo iniciou em julho de 1987, com a nacionalização do sistema bancário. O trabalho inseriu que a justificativa partiu do princípio de que o sistema financeiro privado pouco contribuía com o desenvolvimento, haja vista que grande parte dos recursos estava sob controle de algumas famílias, que aplicavam em estoques ativos não produtivos e em contas no exterior.

Os autores do plano transpareceram discordar da economia ortodoxa, de modo que possivelmente tenha sido a principal causa para crise que se formou. Dentre as argumentações, ficou destacado, por exemplo, a crença de que políticas fiscais expansionistas influenciavam negativamente a inflação e que o inverso era verdadeiro,



de modo que era “[...] necessário gastar, mesmo ao custo de um déficit fiscal, porque, se tal déficit transfere recursos públicos aos mais pobres, esses demandam mais bens, provocando uma redução nos custos unitários.” (CARBONETTO et al. 1987, citados por DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 179).

Diante disso, o fracasso da política econômica, realizada no Governo García, bem como os programas populistas de forma geral, parece ser interpretado, em Dornbusch e Edwards (1991), como reflexo da exaustão das reservas internacionais e do desmantelamento dos instrumentos que dão base aos resultados iniciais.

4.2 O populismo político do Governo Lázaro Cárdenas

Lázaro Cárdenas del Rio (1875-1970), militar, político e estadista, foi presidente do México entre 1934 e 1940. Considerado um dos chefes do Executivo mais populares daquele país, chegou ao comando do governo federal como candidato do Partido Nacional Revolucionário (PNR). “Seu período governamental é considerado como expressão mais clara e límpida do populismo mexicano.” (PRADO, 1981, p. 13).

A vitória de Cárdenas nas eleições de 1934 possui pilares que foram levantados no andar da história do México, isto é, provinda de questões relacionadas ao melhor atendimento de reivindicações realizadas por elevada parcela da população mexicana: camponeses e operários.

Esse contexto tem início com a participação camponesa, cujo objetivo residiu na busca por terras, na luta pela independência (1810-1821). Uma melhor distribuição das terras mexicanas comandou os entraves entre o governo e as massas durante o século XIX e o início do século XX. Durante o Governo Porfírio Dias (1876-1880 e 1884-1911), por exemplo, houve piora na situação camponesa, reflexo da concentração da propriedade fundiária.

No ano de 1910, ocorreu a Revolução Camponesa. Durante os dez anos de conflito, houve a morte de cerca de um milhão de pessoas. Em 1917, uma nova



Constituição foi estabelecida e a reforma agrária incluída⁵. Antes, de acordo com Prado (1981), o comando da Revolução já havia sido obtido pela burguesia, o que possivelmente representou um contexto de maior sensibilidade quanto ao atendimento das reivindicações das massas. A reforma agrária, segundo a autora, foi lenta e burocrática durante a década de 1920. Além disso, para atender aos interesses de operários estadunidenses da indústria petrolífera, como forma de reconhecimento do governo revolucionário, por parte dos EUA, a burguesia atuou de forma a segurar as conquistas camponesa e operária.

A crise de 1929 refletiu queda do preço de bens provindos da mineração, como o ouro, a prata e o zinco. Houve redução da produção petrolífera e crise na agricultura, especialmente relacionada aos produtos milho, feijão e algodão. A situação dos camponeses e operários seguiu essa conjuntura econômica restritiva, marcada por queda no salário real e aumento do desemprego. Em adição, o êxodo rural refletiu aumento da miséria nos centros urbanos.

Segundo Cárdenas, havia miséria devido ao desemprego, aos baixos salários e às irregularidades que circundavam as relações de trabalho. Ele defendia que o aumento da oferta de empregos ajudaria de forma significativa para a resolução desse problema. Em vista disso, destacava que a realização de obras públicas traria contribuição, mas não o suficiente⁶.

Durante os anos de 1920, os trabalhadores tiveram pouca representatividade⁷. Havia a Confederación Regional Obrera Mexicana (CROM), que era apoiada e subordinada ao Estado; a Confederación General de Trabajadores (CGT) e

⁵ Cárdenas, em discurso proferido em 1935, na cidade de Morelia, destacou ataques recebido de pessoas que haviam sido afetadas pela reforma agrária. Explicou que “Contra lo que sostienen los afectados por la reforma agraria y los elementos de intriga, el Departamento Agrario no está afectando la pequeña propiedad, ni los campesinos piden que se afecte, pues éstos sólo desean ver realizadas las promesas de la Revolución, postuladas desde 1910 y que más tarde se han incorporado al texto de nuestras leyes.” (RIO, 1935a, p. 1).

⁶ Em mensagem ao Congresso, destacou que: “Debemos tener presente, por otra parte, la urgencia para conjurar las duras condiciones en que se encuentran los hombres que carecen de trabajo, o que lo tienen con angustiosa irregularidad o con salarios vergonzosos. La única manera de combatir esa irregularidad y esa miseria, es crear nuevas oportunidades de trabajo. Las obras públicas que el gobierno desarrollará intensamente, facilitarán estas oportunidades; pero estarán muy lejos de ser las suficientes para concluir el problema de la desocupación y de los bajos salarios.” (RIO, 1934, p. 1)

⁷ O descontentamento dos camponeses resultou na Revolta dos Cristeros (1926-1929).



Confederação Sindical Unitária de México (CSUM), organizada por comunistas. Com a crise internacional de 1929, as organizações camponesas, em sua maioria, sofreram extinção.

Duas concepções marcaram a situação política do México no final da década de 1920: a) a política caudilhesca de lealdades pessoais, liderança individual e atomização dos poderes, relacionadas ao ex-presidente Alvaro Obregón (1920-1924); e b) a de consolidação institucional, legitimação e imposição de instituições políticas que conduzissem à centralização do poder, defendidas por partidários do ex-presidente Plutarco Elias Calles (1924-1928).

A corrente política adotada por Cárdenas acabou sendo constituída por uma combinação das defendidas por Obregón e Calles (PRADO, 1981). Sua plataforma de governo foi construída por uma equipe do PNR⁸, cujo denominação ficou conhecida como Plano Sexenal. Sendo assim, é possível perceber que o populismo político em Cárdenas não foi resultado de concepções isoladas do ex-presidente. “Cárdenas faz parte de um contexto histórico amplo; ele é um homem de seu tempo e, como tal, responde às necessidades, às angústias, às propostas do momento histórico” (PRADO, 1981 p. 20). Para ele, o plano seria colocado em prática, independentemente das reações dos capitalistas:

[...] el Ejecutivo Federal está resuelto a obrar con toda decisión para que se cumpla el programa de la Revolución y las leyes que regulan el equilibrio de la producción, y decidido asimismo a llevar adelante el cumplimiento del plan sexenal del Partido Nacional Revolucionario, sin que le importe la alarma de los representantes del sector capitalista (RIO, 1935b, p. 1).

Em termos gerais, o Plano Sexenal destacava a intervenção governamental na economia. De forma específica, a atuação do Estado nas relações de produção, nas forças produtivas e na acumulação de capital. Além disso, o governo deveria realizar uma política que maximizasse a autonomia do país, frente o resto do mundo, e impedir que a legislação não fosse aplicada de forma eficiente na defesa dos direitos das massas (camponeses e operários).

⁸ O PNR foi criado por Calles, em 1929.



Prado (1981) destaca que as medidas realizadas por Cárdenas buscaram a superação da crise, provinda do resto do mundo, e promover o crescimento das forças produtivas. O atendimento de reivindicações das massas foi materializado por meio da dinamização da reforma agrária. Durante os seis anos de governo, houve distribuição de, aproximadamente, 18 milhões de hectares para 772 mil camponeses. A Tabela 3 apresenta informações que sugerem uma intensa preocupação de Cárdenas em realizar uma melhor distribuição de terras. Dentre os presidentes que governaram no período destacado, ele foi o que mais distribuiu terras, percepção corroborada por sua participação de 37,1%.

Tabela 3 – Dotações agrárias por regimes presidenciais

Presidentes	Períodos	Milhares de hectares	Porcentagem
Venustiano Carranza	1915-1920	132	0,3
Adolfo de la Huerta	Mai. – Nov. 1920	34	0,1
Alvaro Obregon	1920-1924	971	2,0
Plutarco Ellias Calles	1924-1928	3 088	6,4
Emílio Portes Gil	1928-1930	1 173	2,4
Pascual Ortiz Rubio	1930-1932	1 469	3,0
Abelardo Rodriguez	1932-1934	799	1,7
Lázaro Cárdenas	1934-1940	17 890	37,1
Manuel Avila Camacho	1940-1946	5 519	11,5
Miguel Alemán Valdés	1946-1952	3 845	8,0
Adolfo Ruiz Cortinez	1952-1958	3 199	6,6
Adolfo López Mataos	1958-1962	10 043	20,9
Total de terras entregues até 31 de agosto de 1962	-	48 162	100

Fonte: México (1963) citado por Prado (1981, p. 23).

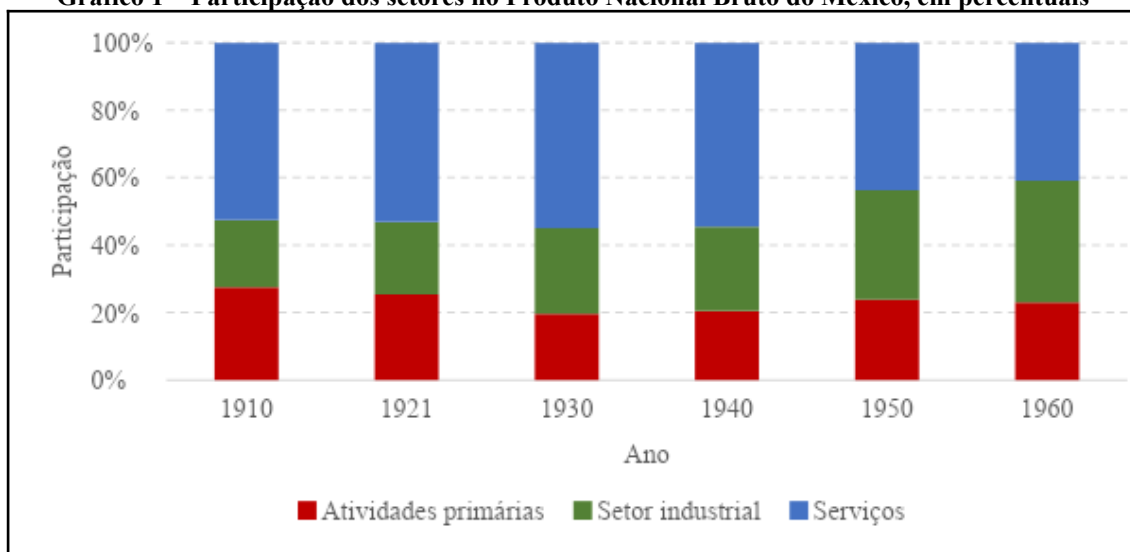
As terras distribuídas eram chamadas de Ejidos. Isso ocorria por meio de expropriação de latifúndios, de terras do Estado etc. Durante seu governo, as terras ejidais produtivas passaram de 13,4% para 47,4%. Para favorecer o fornecimento de crédito para esses agricultores, houve a criação do Banco Nacional de Crédito Ejidal, que, de acordo com Cárdenas, “[...] tendrá como única misión proporcionar el crédito a los ejidos, organizar los cultivos que mejor convengan y abrir mercados a su producción”. (RIO, 1935c, p. 1).

Em vista disso, o perfil populista do Governo Cárdenas pode ser sintetizado pela concessão de terras aos camponeses e ao ataque aos latifundiários. Assim, Cárdenas obteve fortalecimento político ao atender anseios que existiam desde os primórdios da luta pela independência e passando pela Revolução Mexicana.



Durante o Governo Cárdenas, o setor industrial teve aumento de sua dinâmica. Esse fenômeno também ocorreu em outros países da América Latina e ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações. O Gráfico 1 indica a evolução da participação dos três setores da economia na composição do Produto Nacional Bruto do México, entre 1910 e 1960.

Gráfico 1 – Participação dos setores no Produto Nacional Bruto do México, em percentuais



Fonte: Elaborado com base em Prado (1981, p. 25)

Além de promover políticas em direção ao setor agrário, o desenvolvimento capitalista também fazia parte do centro das medidas. Conflitos provindos da classe operária seriam resolvidos por meio do estrito cumprimento legislação trabalhista, presente na Constituição de 1917. Nela, os seguintes direitos trabalhistas eram referenciados no artigo 123:

[...] jornada máxima diária de oito horas, proibição de trabalhos insalubres para as mulheres e jovens “com menos de 16 anos, descanso semanal obrigatório, salário mínimo, direitos à mulher gestante, responsabilidade empresarial no caso de acidentes de trabalho, direito legal de sindicalização, direito à greve, etc. Sem dúvida, este artigo mostrava-se bastante avançado para a América Latina da época” (PRADO, 1981, p. 25).

Esses direitos foram reforçados em 1931, por meio da criação da Lei Federal do Trabalho⁹. O cumprimento preciso dos direitos trabalhistas resultava no não combate,

⁹ Por meio da Lei Federal do Trabalho (LTF), foram formalizadas as relações jurídicas de trabalho. Ela foi resultado da regulamentação do artigo 123 da Constituição de 1917. Houve a contemplação da estruturação do Contrato Coletivo de Trabalho e o Contrato-Lei (RAMOS, 2008).



por parte do Estado, às greves¹⁰. Logo, a construção de uma conjuntura de satisfação política das massas com o governo parece ser perceptível. Entretanto, o desenvolvimento econômico do México não era visto por Cárdenas como um fenômeno essencialmente dependente delas. A evolução do capitalismo no país também era necessária.

Em vista disso, houve incentivo governamental para o aumento da demanda do setor privado por meio da realização de obras públicas, que causava novos investimentos de capital. Também foram criadas organizações voltadas para ofertar crédito, como o Fundo de Fomento Industrial (1936).

Em discurso, Cárdenas relacionou o incentivo à indústria como meio de gerar benefícios aos trabalhadores, mais especificamente, destacou que “se ha fundado el Banco Nacional Obrero de Fomento Industrial; esta institución dispondrá desde luego de varios millones para impulsar nuevas industrias costeables, en beneficio directo de los trabajadores.” (RIO, 1937, p. 1).

Apesar de medidas governamentais positivas, Cárdenas não gerou satisfação na burguesia, reflexo das políticas de favorecimento das massas (operários e camponeses) e o excesso de intervenção do Estado.

Em 1938, com vistas a atender um desejo da classe operária de obter melhores salários, houve a nacionalização das empresas estrangeiras de petróleo e a criação da Petróleos de México S.A (Premex). As críticas provindas de países afetados pelas medidas causaram uma preocupação de intervenção armada, especialmente dos Estados Unidos. Além da medida voltada ao petróleo, estradas de ferro também foram nacionalizadas, o que também afetou negativamente os interesses estadunidenses.

De modo geral, não houve redução no investimento dos Estados Unidos em todos os setores. A agricultura o petróleo, em especial, foram os que mais sofreram diminuição. A Tabela 4 indica investimentos dos Estados Unidos no México, entre 1929 e 1950.

¹⁰ “Fue después otro el factor explotado por la reacción y por los timoratos: el movimiento obrero, las huelgas como lo hemos sostenido siempre, dentro del gobierno de Michoacán, en las giras y en la presidencia de la República, son indispensables para que la clase obrera pueda mejorar ante la intransigencia de la clase capitalista.” (RIO, 1935a, p. 1).



Tabela 4 – Inversões diretas estadunidenses em México, 1929, 1936, 1943 y 1950 (en millones de dólares)

Actividad	1929	1936	1943	1950
Minería	230	213	108	121
Servicios públicos y transportes	164	148	106	107
Industria manufacturera	6	8	22	133
Comercio e servicios financeiros	9	11	23	32
Agricultura	59	17	14	3
Petróleo	206	69	5	13
Otras	8	13	9	6
Total	683	479	287	415

Fonte: Naciones Unidas (1955, p. 124)

Por ora, as medidas indicadas demonstram que o populismo político, no Governo Cárdenas, pode ser sumarizado por meio de três mecanismos: a) estreitamento entre governo e massas através da concessão de benefícios; b) incentivo governamental voltado ao crescimento da produção capitalista; e c) minimização da necessidade econômica do resto do mundo, isto é, promoção do crescimento econômico mexicano autônomo. Entretanto, as ações voltadas à organização dos trabalhadores geraram medidas que também contribuíram para a caracterização populista do respectivo governo.

A desorganização dos trabalhadores gerava uma percepção de que eles eram facilmente manipuláveis. Por outro lado, eram tidos como elementos fundamentais da política revolucionária. Assim, a organização das massas trabalhadoras ocorreu de modo que suas reivindicações possuíam o amparo do Estado. Foram criadas a Confederação Nacional Camponesa – CNC, em 1935, e a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos – CTM, em 1936.

De modo geral, houve uma separação entre trabalhadores urbanos e rurais, comandada pelo Estado. Em 1936, Vicente Lombardo Toledano tornou-se um dos líderes da CTM. Ele fazia parte do comando da Confederación Geral de los Obreros e Camponeses de Mexico – CGOMC, criada em 1933. Como essa não havia apoiado a candidatura de Cárdenas para a presidência, a ida de Toledano para a CTM significou uma subordinação à esfera populista.

Cárdenas, em 1938, realiza a mudança do nome do PNR para Partido da Revolução Mexicana – PRM. O partido passou a ser dividido em quatro setores: o operário, o camponês, o popular e o militar. Essa divisão sugere que os integrantes eram



inseridos de acordo com sua adequação a determinado setor. Assim, não era possível um operário fazer parte das demais organizações, pois os membros eram inseridos como trabalhadores organizados, não como indivíduos.

O apoio das massas foi relevante e resultou num aumento do percentual dos trabalhadores sindicalizados. Entre 1930 e 1940, o percentual da população sindicalizada sobre a força de trabalho aumento cerca de 10%. A Tabela 5 apresenta alguns números referentes ao crescimento da população sindicalizada no México, entre 1930 e 1960.

Tabela 5 – Crescimento da população sindicalizada (milhares de pessoas)

Anos	População total	Força de trabalho	População sindicalizada	% da população sindicalizada	
				Sobre o total	Sobre a força de trabalho
1930	16 553	5 352	294	1,8	5,5
1940	19 654	5 858	878	4,5	15,0
1950	25 791	8 272	817	3,2	3,2
1960	34 923	12 014	1 298	3,7	10,8

Fonte: México (1963) citado por Prado (1981, p. 23)

Segundo Prado (1981), a partir de 1938, a caracterização populista do Governo Cárdenas toma a forma de medidas voltadas para grupos mais conservadores, isto é, o governo caminhou para a direita, cujo objetivo residia numa conciliação nacional.

As massas — termo tão difuso — eram vistas por ele como motor do progresso de uma sociedade; de outro lado, era imprescindível a atuação da “classe capitalista”, responsável pelo crescimento da produção. Toda a sociedade, assim, devia cooperar para que se atingisse o progresso do México, meta ideal do cardenismo. Ao Estado cabia o importante papel de conciliador social, já que apenas o Estado possuía um interesse geral e podia subordinar os interesses privados às necessidades do progresso do país (PRADO, 1981, p. 33).

O núcleo duro do populismo político realizado por Cárdenas pode residir na interação entre as classes voltada a idealizar um projeto nacional comum, concebido pelo Estado. De um lado as massas¹¹, que eram consideradas o motor do progresso; do outro lado, a classe capitalista, responsável pela produção. Cabia ao Estado agir de modo a promover uma melhor conciliação entre ambas.

¹¹ Na seguinte passagem, é possível observar a importância, dada por Cárdenas, ao interesse das massas: “De nada sirvió hablar del gobierno del pueblo y para el pueblo cuando las clases productoras carecían de tierras, de protección en su trabajo, de escuelas para sus hijos y sólo se les llevaba a los comicios para dar apariencias de origen popular a las oligarquías de terratenientes, capitalistas e intelectuales que detentaron los destinos de la República.” (RIO, 1938, p. 1).



No Governo Cárdenas, os mecanismos provedores de desenvolvimento econômico parecem ser resultado de uma síntese dos sistemas capitalista e socialista. Além de ter havido uma política social favorável aos interesses dos camponeses e trabalhadores, o governo promoveu o crescimento capitalista, nacionalizou setores da economia e tornou a estrutura do Estado mais forte.

5 Conclusão

Apesar de o populismo, em termos históricos, ter como origem movimentos ocorridos na Rússia e nos Estados Unidos, foi na América Latina que o respectivo vocábulo apareceu com mais frequência na caracterização de determinados governos ou líderes.

A busca por peculiaridades acerca do seu significado propiciou, de modo geral, a percepção de que o seu uso tende a ser relacionado à descrição de medidas governamentais, sejam elas políticas ou econômicas, voltadas à aproximação entre um determinado líder (ou governo) e a massa populacional.

No populismo econômico, o governo utiliza os instrumentos de política econômica de forma excessivamente expansionista, de modo a impulsionar o fluxo circular da renda. Na literatura, foi possível observar que existe um ciclo denominado de populista, que é geralmente antecedido por uma conjuntura marcada por lento crescimento econômico, o qual o líder populista promete reverter através de políticas expansionistas de demanda agregada e de redistribuição de renda. Essas medidas ocasionam um período de euforia. Entretanto, os pilares não são firmes o suficiente para sustentar a conjuntura econômica positiva ao longo do tempo. Ao iniciar a fase negativa, tem começo o processo de término do governo populista.

Nos casos de política econômica populista analisados, foi possível observar que ambos os países apresentaram conjunturas econômicas similares. Sem especificar, houve, no início dos respectivos governos, crescimento econômico, marcado por diminuição da inflação e melhoramento dos salários reais. Entretanto, após um determinado período de tempo, o nível de preços voltou a subir. Além disso, os



desequilíbrios negativos, tanto nas finanças públicas quanto nas relações dos países com o resto do mundo, contribuíram de forma relevante para a situação de fracasso das medidas.

Com relação ao populismo político, o objetivo de aproximação com as massas populacionais parece ser marcado por um ambiente mais vasto de medidas. No Governo Cárdenas, por exemplo, foi possível observar que a reforma agrária e a promessa de respeito às leis trabalhistas eram tidas como importantes mecanismos de melhoramento do padrão de vida dos camponeses e operários (massas), classes que eram consideradas, pelo líder populista, o motor da sociedade mexicana, apesar de considerar relevante a participação capitalista no processo de desenvolvimento do país.

Em vista disso, as conotações econômica e política do termo parecem possuir proximidade no que diz respeito à imagem do governo (ou do líder) frente às massas. Por outro lado, a diferença pode estar relacionada aos mecanismos que resultam na redução da distância entre ambos. Na primeira, a aparência positiva do governante aparenta se referir, em especial, à busca pela melhora do salário real, com vistas a promover o crescimento econômico. Na segunda, o líder demonstra perseguir o “carisma” por meio de medidas que atendam os anseios mais amplos dos mesmos, como, por exemplo, a reforma agrária e o estabelecimento, ou melhoramento, de direitos trabalhistas. A questão social, portanto, surge como aspecto de possível diferenciação entre as duas acepções do termo populismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. Populismo e política econômica no Brasil. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DALL'ACQUA, F. Populismo econômico versus Keynes: a reinterpretação do déficit público na América Latina. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

CANITROT, A. A experiência populista de redistribuição de renda. Tradução de Rosa Maria Marques. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.



- CARBONETTO et al. *El Perú heterodoxo: um modelo econômico*. Lima: Instituto Nacional de Planificación, 1987.
- CARDOSO, E.; HELWEGE, A. Populismo, ganância e redistribuição. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- DE LA TORRE, C. *Populist Seduction in Latin America*. Athens: Ohio University Press, 2000.
- DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. Planos de estabilização no Cone Sul. Tradução de Ricardo Borges Costa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. La macroeconomía del populismo. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. *Macroeconomía del populismo en la América Latina*. Tradução de Eduardo L. Suárez. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. O populismo macroeconômico na América Latina. Tradução de José Carlos da Silva Busto e Alexandre Schwartzman. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- FADUL, W. Apresentação. In: CHUAHY, E. *Populismo: a quem serve a confusão conceitual?* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2002.
- FONSECA, P. C. D. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, n.º 1, p. 56-76, jan./mar. 2011.
- FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos Governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, v. 59, n.º 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2005.
- GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRESKOVITS, B. *The Political Economy of Protest and Patience*. Budapest: Central European University Press, 1998.
- IANNI, O. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- JURADO, R. G. Las raíces del populismo: los movimientos populistas del siglo XIX en Rusia y Estados Unidos. *Revista Argumentos*, v. 23, n.º 63, mai./ago. 2010, p. 267-288.
- KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KNIGHT, A. Populism and neopopulism in Latin America, especially Mexico. *Journal of Latin American Studies*. 30: 2 mai. 1998, p.223-248.
- KUCZYNSKI, P. P. *Peruvian democracy under economic stress*. Princeton University Press, 1977.
- LACLAU, E. *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- MASIERO, G. Origens e desenvolvimento do populismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- MÉXICO. PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. SECRETARIA PRIVADA. *50 Años de Revolución Mexicana em Cifras*. Ciudad de México: Presidencia De La Republica, 1963.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

NACIONES UNIDAS – ONU. *Las inversiones extranjeras en America Latina*. Departamento de asuntos económicos y sociales: Nueva York, 1955. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/29037/S5400010_es.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019.

PRADO, M. L. *O populismo na América Latina: Argentina e México*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. *Plan nacional de desarrollo, 1986-1990*. Instituto Nacional de la República, 1986.

QUIJANO, A. Populismo y fujimorismo. In: LARA, F. B. *El fantasma del populismo*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

RAMOS, S. M. *A economia política e os contratos coletivos de trabalho nos EUA, México e Brasil: aspectos comparativos*. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

REIS FILHO, D. A. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIO, D. C. *Discurso del presidente de la República ante la asamblea del sindicato de cordeleros de Yucatán*. Merida, YUC., 17 de agosto de 1937. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIO, D. C. *Discurso del presidente de la República en una asamblea campesina*. Guadalajara. Jul. 16 de julio de 1935c. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIO, D. C. Mensaje del presidente de la República a la nación. México, D. F., 9 de diciembre de 1938. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIO, L. C. *Declaraciones del presidente de la República sobre las causas de la agitación prevaleciente*. México, D. F. 13 de junio de 1935b. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIO, L. C. *Discurso del presidente de la República ante la VI Convención de la Confederación Revolucionaria Michoacana del Trabajo*. Morelia, Mich., 25 de abril de 1935a. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

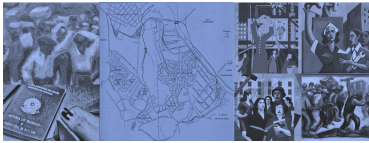
RIO, L. C. *Mensaje al Congreso de la Unión al tomar posesión de la primera magistratura del país*. México, D. F., 30 de noviembre de 1934. Disponível em:

<<http://www.centrolazarocardenasyamaliasolorzano.org/general/general/docpub02/findex.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020

ROBERTS, K. Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America. *World Politics*: 48: 1, out. 1995, p.82-116.

SACHS, J. D. Conflito social e políticas populistas na América Latina. Tradução de Fernando Arruda Sampaio. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

TORMEY, S. *Populismo: uma breve introdução*. Tradução de Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2019.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

VIGUERA, A. Populismo y neopopulismo en America Latina. *Revista Mexicana de Sociologia*, 55: 3 jul./set. 1993, p.49-66.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEYLAND, K. Clarificando un concepto cuestionado: el populismo en el estudio de la política latinoamericana. Traducido por María Femanda Lobos y Ana Lucía Torres. In: WEYLAND, K.; DE LA TORRE, C.; CARLES, G. A.; IBARRA, H. *Releer los populismos*. Quito: CAAP, 2004.

WEYLAND, K. Neopopulism and neoliberalism in Latin America: unexpected affinities. *Studies in Comparative International Development*. 31: 3, out. 1996, p.3-31.

WORSLEY, P. O conceito de populismo. Tradução de Lygia Maria Baeta Neves. In: TABAK, F. *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

ZANATTA, L. *El populismo*. Traducido por Frederico Villegas. Buenos Aires: Katz, 2016.